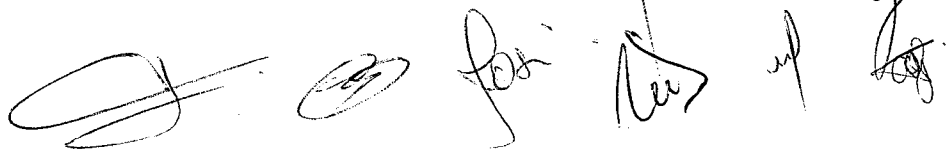










Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito às treze horas, reuniram-se na sala de reuniões da CAAPSML, sito à Avenida Duque de Caxias nº 333, contando com a presença dos membros da comissão de estudos do projeto de lei que altera a Lei Municipal n.º 11.348 de 25 de outubro de 2011. A reunião deu início com a palavra de Ester, enquanto vice presidente do Conselho, dada a ausência da presidente Ana Cristina Pialarice. Informa sobre a indicação de Pmembro ilar Nadir Alvarez Soldorio em substituição à Fabio no período de 23/02 à 27/02. Em pauta a análise do art. 33 do referido PL, que altera o art. 170 da Lei Municipal n.º 11.348/11 o que ficou aguardando a chegada de Cezar para esclarecimentos. Em seguida, com a análise do art. 35 do PL que altera o art. 171, da Lei Municipal nº 11.348/11, e Celso explica sobre adequação da redação. Quanto ao art. 35 do PL, que altera o art. 175 do Lei 11.348/11, Rosângela faz a leitura original do art. 175, nos quais os membros adequação da redação e Celso explana que o texto faz remissão aos fundos e não ao fundo de previdência, e por isso essa adequação. Quanto ao art. 36 do PL, Rosângela faz a leitura original do art. 176 original e no qual se verifica a mesma adequação do art. anterior. Em seguida, quanto ao art. 37, Rosângela faz a leitura original do art. 184, no qual se verificam que se encontram em discussão os 2%. Continuou-se a leitura do referido artigo, no qual se verifica que a alteração se dá no inciso II, do §2º. Discute-se sobre a alteração de 17% da contribuição patronal. Marcos explica que se altera a contribuição patronal do grupo de que trata a Lei 2.692/76. Celso explica da adequação da isonomia da contribuição patronal de todos. Ester aponta sobre a discussão de 4% e Pilar entende que não há discussão, pois explana que o retorno do repasse de % é um compromisso moral do prefeito. Marcos sugere que seja marcada reunião com o Secretário de Governo para essa discussão. Pilar reitera sobre o compromisso moral de prefeito e reitera sobre garantia da continuidade do repasse de 4%. Ester expõe que foi encaminhado ofício ao Sindserv para esclarecimentos do projeto Caapsml para todos. Esclarece também que entende que a discussão é para garantia do repasse de 4% e garantir um plano de saúde de qualidade para todos e diz que há um entendimento da Administração para “economizar” com a Caapsml. Expõe que tem que haver audiência pública, com conversa com os servidores, e responsabilidade. Diz que se for para economizar, tem que haver sugestões e não pode ser simplesmente cortado. Pilar diz que não deve nem haver audiência pública, mas sim que não seja discutido a redução, mantendo-se os 4%. Pilar explana dizendo que não tem discussão quanto aos 4% de repasse. Ester diz que esse valor inclusive já está previsto no orçamento. Pilar diz que é sempre o servidor que salva a CAAPSML, posto que foi feita a junção das massas, a suspensão do repasse. E por isso, não se abre mão do repasse de 4%. Marcos explica da necessidade de encaminhamento de PL em 2017, em atendimento à lei que juntou as massas. Informa que o atuário da Saúde estará presente em 01/03 para explanação e esclarecimentos, já convidando os membros à participação dos membros. Marcos reitera que a SMG é o órgão que tem a prerrogativa do encaminhamento de lei e diz que o repasse é de 2% para a saúde e 2% para previdência. Explana que não pode se comprometer ao repasse de 4%, posto que o recurso é do órgão patrocinador, mas que levará ao secretário de governo quanto à reiteração da comissão para manutenção dos 4%. Sugere, novamente, a presença da secretário para discussão. Luiz Evaldo explica sobre a suspensão de 4%, dizendo que equipe de transição na época procurou o conselho administrativo da época para informar sobre a situação difícil da prefeitura, com a possibilidade de não pagamento de aposentadorias. Ester questiona se haverá a presença do secretário de governo. Marcos diz que conversará em o secretário de governo e veriicará a disponibilidade e informará na segunda. Karen explana sobre a questão da audiência pública, posto que é para uma massa e essa questão pode ser distorcida para a população, que pode entender que é uma privilégio dos servidores. Ester expõe sobre a realização de assembleia, em



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Pilar', 'Marcos', 'Celso', 'Rosângela', 'Ester', 'Luiz Evaldo', 'Karen', and 'Ester'.

conjunto com o Sindserv e Associação dos Aposentados. Marcos explica que a CAAPSML não pode ser realizar tal ato por meio da instituição. Ester expõe sobre possível conversa com a Admisnitração, para que esta também verifique uma contrapartida da Admisnitração para “ajudar” a CAAPSML, também verificando a saúde do usuário do Plano. Marcos explica que a Admisnitração também propõe um diálogo, que foi inclusive colocado em reunião realizada, com a criação desta Comissão, mais democrático. Ester solicita a participação dos membros da Administração na Assembléia. Marcos explana sobre as atribuições dos agentes, sobre impossibilidade de compromisso do prefeito em participar da assembleia, sem possibilidade de promover articulação política. Marcello expõe sobre possibilidade de participação dos membros da Administração na próxima reunião para discutir, debater, consensuar. Marcos expõe que cabe à Superintendência discussão técnica com a comissão, não cabendo a articulação política. Carla questiona se a Superintendência não tem que ter uma articulação política, como por exemplo, contratação de servidor. Marcos expõe que isso se trata de questões de administrativas. Karen expõe que a Comissão tem um papel de mediador e explica que o papel político da Superintendência é realizado. Ester expõe sobre os debates a serem realizados, para finalização do relatório com apresentação do relatório à todos os membros. Na sequência, com a chegada de Cezar, retomou-se o debate ao art. 33 do PL. Cezar explica que o percentual de 2,5% sobre a base de contribuição é suficiente para os próximos 10 anos, e é o que vem sendo realizado. Explana que esse percentual está contemplado no cálculo atuarial. Questionado o porque não manter a redação anterior, explica que se aumentar essa alíquota, o cálculo atuarial muda e logo, pode aumentar o déficit. Marcos explica que eventual alteração dessa alíquota pode implicar na necessidade de uma compensação, com aumento da alíquota da contribuição do servidor. Karen questiona qual o encaminhamento a ser realizado pela comissão e Marcos diz que entende pela manutenção de 2,5%, para que não haja necessidade de aumento da fonte de custeio. Ester propõe que tal assunto deja mais amplamente discutido no Conselho. Quanto ao art. 37, definiu-se que Marcos tentará agendar vinda do Secretário de governo na reunião da comissão. Na sequência, com o art. 38, onde se verificam que os arts. 20 e 21 tratam dos dependentes indiretos. Marcos relembra que foi definido sobre manutenção dos dependentes diretos de pai e mãe, nas condições já estabelecidas. Discutiu-se sobre a impossibilidade de inclusão de filhos que perderam a condição de dependente direto. Na sequencia do art. 38, Karen sugere aguardar a participação do sercreário de governo, o que foi acatado. O art. 40, após a leitura, verificou-se que trata de adequação conforme exigência do Ministério da Previdência. Quanto ao art. 41, Bosco explica a necessidade de adequação orçamentária dada a junção dos fundos. Karen questiona se a redação não fica muito aberta. Cezar explica que é só para o exercício corrente e Marcos aponta que o orçamento do Princípio da Anualidade obriga que o orçamento é anual e por isso não pode ser interpretado extensivamente. Quanto ao art. 42, houve consenso à já discussão dos assuntos que tratam do salário família. Karen e Marcelo se retiram da reunião às 14:41. Em relação ao art. 123 e 124, os membros explanam o entendimento quanto a manutenção do teto. Em relação ao art. 146, Luiz Evaldo explana seu entendimento acerca da impossibilidade de cercear a participação do Superintendente na reunião do conselho, posto que o mesmo é um conselheiro também. Josineia explana que o artigo em questão é para evitar constrangimento dos demais conselheiros. Os membros entendem pela manutenção do artigo. A reunião foi encerrada às quatorze horas e cinquenta minutos com a próxima reunião agendada para o dia 27 de fevereiro de 2018 às oito horas e trinta minutos. E eu, para de tudo constar, lavrei, dato e assino a presente ata, juntamente com os demais presentes.



Ana Cristina Piarice Giordano Agordano (AU)

Bundy Celso Tiba Bundy Tiba

Carla Adriana Casaca Caraca

Cezar Henrique Ramos [Signature]

Ester Gomez Gonçalves Siena Ester Gomez

Fabio Vinicius Molin [Signature]

Joao Bosco Dantas [Signature]

João Carlos Barbosa Perez ADSENTE

Joseneia Ramos de Proença Joseneia Ramos de Proença

Karen Bettina Ikeda de Ortiz [Signature]

Liange Hiroe Doy [Signature]

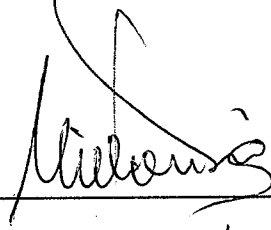
Luciana Viçoso de Oliveira Luciana Viçoso de Oliveira

Luiz Evaldo da Silva Ferreira [Signature]

Marcos José de Lima Urbaneja [Signature]

Marcelo A. P. Miranda Lima [Signature]

Milton Ciriaco Dias



Rosangela Maria Cebulski

